OS SENTIDOS DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: DA HISTÓRIA POLÍTICA À HISTORIOGRAFIA MARXISTA

Political Meanings In History: From Political History To Marxist Historiography

MORAES, Leandro Eliel Pereira de
Centro Universitário de Jaguariúna - UNIFAJ

MORAES, Antonio Carlos Rodrigues de
Professor de História na rede estadual do Estado de São Paulo e na rede municipal de Campinas/SP, atualmente aposentado.

Resumo: Para uma reflexão sobre os Sentidos da Política na História, por meio de um panorama histórico, neste artigo buscaremos importantes referenciais historiográficos, entre os séculos XIX e XX, em três momentos: o primeiro, com o surgimento da historiografia, em que a História Política caminha da crítica à conservação da ordem; no segundo, com a historiografia marxista, seus herdeiros e as perspectivas de totalidade histórica; no terceiro, caminharemos da totalidade, com as gerações iniciais da Escola de Annales, passando pela micro história e finalizando com as perspectivas de Michel Foucault. Nessa trajetória, muito mais do que a exposição das perspectivas diversas, nossa proposta passa por deixar expostas as questões abertas que o confronto entre elas e com o respectivo contexto histórico suscita a nossa reflexão. A relação entre política e história é dialética na medida em que esta condiciona àquela e, ao mesmo tempo, tem os seus rumos definidos pelas relações de poder, em seus mais diversos níveis. Se essa relação nunca se fecha, novas questões estão sempre à flor da superfície do fluxo histórico. Neste artigo, primeira parte de nossas reflexões, abordaremos a produção historiográfica da história política à marxista.

Palavras-chave: História; Historiografia; Política.

Abstract: Due to reflect about the Political Meanings in History, in this article we will seek some important historiographical references, through an historic overview, between 19th an 20th centuries. Those references may be divided in three moments: at the first one, in parallel with the rise of historiography itself, Political History had moved from a critical to a conservative view; the second one had been characterized by Marxist historiography, its heirs and the perspective of historical totality; at the third one, we will turn from totality, with Annales school´s first generations, to Michel Foucault´s perspective, passing through microhistory as well. In this trajectory, rather than expose different points of view, our proposal might open up some questions. Those distinct perspectives, and their historical context, should stimulate our reflection. The relationship between politics and history is dialectic, insofar as the last one conditions the first but, nevertheless, depends upon power relations on the most different levels. As those relations would never come to an end, new issues should emerge constantly to the surface of historical streams. In this article, which corresponds to the first part of our refection, we will discuss the historiographical production form political history to Marxist historiography.

Keywords: History; Historiography; Politics

INTRODUÇÃO

Este artigo, resultado de uma revisão bibliográfica, busca uma reflexão sobre os Sentidos da Política na História. Por meio de um panorama histórico, analisaremos importantes referenciais historiográficos, entre os séculos XIX e XX. Nesta primeira parte, abordaremos o período que compreende o surgimento da historiografia, com a História Política, até a produção historiográfica marxista. Num segundo momento, em outro artigo, analisaremos as perspectivas historiográficas do século XX, da História vista de “baixo” à Micro História.

Nessa trajetória, muito mais do que a exposição das perspectivas diversas, nossa proposta passa por deixar expostas as questões abertas que o confronto entre elas e com o respectivo contexto histórico suscita a nossa reflexão. Essa necessidade de não fechar questão não reflete uma simples confissão de limitação dos autores (embora também o seja), mas, muito mais, advém da própria peculiaridade do tema. A relação entre política e história é dialética na medida em que esta condiciona àquela e, ao mesmo tempo, tem os seus rumos definidos pelas relações de poder, em seus mais diversos níveis. Se essa relação nunca se fecha, novas questões estão sempre à flor da superfície do fluxo histórico.

História e Política: da crítica à conservação da ordem

Dentre as variadas perspectivas historiográficas, a História Política foi a primeira modalidade de História, ainda que não pudéssemos falar em vertentes historiográficas quando se iniciou. Para uma primeira aproximação com a definição de História Política, podemos encontrar o seguinte:

> *A palavra “poder” rege os caminhos internos da História Política da mesma maneira que a palavra “cultura” rege os caminhos internos da História Cultural, ou que a palavra “imagem” erige-se como horizonte fundamental para a História do Imaginário.* (BARROS, 2015, p. 4).

Nesse sentido, a História, no século XIX, momento de consolidação da profissão do historiador, confundia-se com sua modalidade política, com algumas exceções, como, por exemplo a construção de uma Filosofia da História produzida por Marx e Engels. Para a História Política, neste momento inicial, os

fatos históricos relevantes eram as ações dos Estados, dos “grandes homens” e seus feitos, ou, dito de outra forma, do poder das Instituições e de seus representantes, tendo também a questão da nacionalidade e do patriotismo adquirido centralidade. Além disso, essa modalidade de história também ficou conhecida como história factual, preocupada com narração dos fatos históricos e nem tanto com sua interpretação. A função do historiador era o de reconstituir o passado exatamente como se passou, em sua plena objetividade científica.

Na História Política a questão do poder tem importância fundamental, mesmo que seu significado tenha abrangido dimensões diferenciadas ao longo do tempo. Mas, para os nossos propósitos, neste material, trataremos a dimensão do poder na sua relação com a manutenção e transformação da realidade existente.

Recordemo-nos que a História Política surge num contexto de consolidação do capitalismo industrial e da burguesia no poder do Estado, o que implicava socialmente na generalização do trabalho assalariado sem que o proletariado tivesse qualquer direito de participação no poder. Esse contexto explica uma posição historiográfica fundada na descrição dos atos heroicos da elite.

Antecedentes da História Política: Iluminismo e o desvelamento da realidade

Em Immanuel Kant encontramos a mais alta expressão dos ideais iluministas, em que o progresso seria um fator constante na História. Havia nele e nos demais iluministas uma convicção de que as mudanças em curso produziriam um futuro melhor para toda a humanidade. Tratava-se de um período de avanço dos interesses burgueses diante da velha estrutura aristocrática e feudal

Mas, ao mesmo tempo em que as mudanças provocam fascínio, também indicavam problemas. Goethe produziu sua obra prima, Fausto, entre 1770 e 1831, período de intensa turbulência política e social na Europa. A história de Fausto, que faz um pacto com o diabo (Mefistófeles) em troca das mais variadas felicidades mundanas, segundo Berman (1986), expressa o próprio processo de desenvolvimento burguês em curso.

Berman analisa a tragédia de Fausto por meio de três momentos de sua transformação: a) O sonhador, momento solitário e de encontro com Mefistófeles; b) O amador, momento em que descobre o amor, e c) O fomentador, momento em que “conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo; aprende a construir e a destruir. [...] Lança todos os seus poderes contra a natureza e a sociedade; luta para mudar não só a sua vida, mas a vida de todos”. (BERMAN, 1986 p. 60-61).

O que Fausto deseja é o que as mudanças em cursos estavam provocando: profunda alteração nos hábitos, na natureza, nas relações sociais, esfumaçando tudo que estava sólido. Só que a um custo alto para a humanidade, que foi a aparente incapacidade de controlar o destino humano, a reificação da humanidade ou, nos termos faustianos de Berman (BERMAN, 1986), a sua tragédia do desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das forças produtivas provocava aumento de riqueza da humanidade, havia destruição dessas mesmas forças produtivas.

Hegel é outra importante referência iluminista que constrói uma nova perspectiva histórica na medida em que afirma que o trabalho é o elemento fundamental do processo histórico. Sua posição favorável à Revolução Francesa possibilitou a busca que a própria burguesia revolucionária desejava: para ir além das aparências daquela dada situação, era preciso desvendar os meandros da nova realidade que surgia, ou seja, “o espírito que se move para frente”.

Ainda em suas considerações críticas a Kant, ele dá novo sentido para os conceitos de razão e entendimento, sendo que a razão pode ser considerada como pensamento especulativo ou conhecimento dialético, enquanto o entendimento é o senso comum ou reflexão não-dialética. No entendimento kantiano, as coisas são idênticas a si mesmas, não há transformação de uma coisa em outra, as coisas estão sempre em oposição irreconciliável, não há movimento, existe identidade imediata entre essência e existência. Isso reflete parte da realidade, que de fato aparece dessa forma, pois não se observa a potencialidade da coisa em seu desenvolvimento, no seu vir-a-ser. Kant considera o tempo como uma das categorias postas pelo sujeito, na relação de conhecimento, e não como dimensão constitutiva do real.

Para Hegel, o motor da história é a contradição, que passa por três momentos: a tese (afirmação), a antítese (negação) e a síntese (negação da

negação). A tese original, ou seja, o movimento inicial de tudo é Ideia pura (Deus) que, se negando, cria a Natureza, sua antítese, sua alienação. Essa unidade de opostos em contradição cria o Espírito, a negação da negação, a unidade entre ideia e objetivação, que por sua vez produz um novo movimento contraditório, produzindo a história.

O homem, pela primeira vez, aparece como produtor histórico do mundo por meio do trabalho e do conhecimento, em sua verdadeira essência. Não se trata mais de uma história como junção de fatos, mas como movimento dialético, contraditório. É o espírito no seu processo de auto resgate. Por isso, Hegel representa o auge do idealismo. Sujeito e objeto não se polarizam no processo de conhecimento, pois o objeto que se transforma identifica-se com o sujeito que se recupera. Ao contrário do que pensava Kant, não há, para Hegel, um *noumeno*, ou seja, uma dimensão do real exterior ao sujeito.

História e Política: do desvelamento à conservação da ordem

Se, na Revolução Francesa, o Terceiro Estado representava os setores interessados na transformação social, o mesmo não se pode dizer nos processos revolucionários de 1848/49, que se espalharam pelo restante da Europa. Nesse momento, com o rápido crescimento do operariado, com as mazelas produzidas pela sociabilidade do capital, a burguesia, que ainda não havia produzido a sua revolução, preferiu caminhos menos perigosos aos seus interesses. Uma unidade entre ela e setores populares seria um risco incontrolável. As revoluções burguesas, nesse momento, vieram “pelo alto”. As manifestações e sublevações operárias foram reprimidas. A partir daí, não interessa mais à burguesia o desvelamento da realidade. Agora, o que interessava era a sua conservação. A teoria vira instrumento de justificação.

Essas contradições também se expressam no campo teórico. Variados setores mantiveram a busca da compreensão do real, enquanto outros setores abdicaram desse processo, iniciando uma crítica à própria razão, à possibilidade do conhecimento do real, colaborando, direta ou indiretamente, dessa forma para a manutenção da ordem social. É importante destacar que isso não foi feito sem contradições. Alguns teóricos, diante da aparência de caos que permeava a nascente sociedade capitalista, expressavam exatamente essa “irracionalidade” em suas teorias (Schelling, Schopenhauer, Kierkegaard,

Nietzsche, entre outros) enquanto outros teóricos, conscientemente, justificavam a ordem do capital, como veremos no positivismo após Comte.

Com as profundas transformações ocorridas a partir da I Revolução Industrial, a ciência e a técnica se desenvolveram fortemente e contribuíram para o aumento da produtividade do trabalho e, consequentemente, do lucro. É nesse ambiente que o positivismo se desenvolve. Num primeiro momento, seu sentido é progressista, em seguida, o positivismo se transforma e acompanha o próprio movimento burguês de acomodação e de conservação da ordem. Auguste Comte (1798-1857), francês, é o primeiro representante desse movimento teórico positivista de justificação da ordem. Ele compreendia a Revolução Francesa como necessária, pois representou a progressão do momento teológico para o momento metafísico, movimento ainda insuficiente e provisório. Seria necessário, portanto, o desenvolvimento do espírito positivo da sociedade, "estado fixo e definitivo" da evolução humana, que seria instalado por uma elite científica e industrial. Vejamos como ele define esse novo momento histórico:

> *Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude.* (COMTE, 1983, p. 4).

Nesse sentido, o filósofo sacramenta a impossibilidade do pensamento abstrato que buscava os conceitos universais e da busca da essência das coisas. Por isso, é

> *[...] absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais. [...] Pretendemos somente analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras [...].* (COMTE, 1983, p. 7).

Trata-se apenas de um processo de observação dos fenômenos por meio de um método mais adequado, ou seja, de uma "física social" e, de forma mais ampla, uma filosofia positiva, dando assim um caráter universal, por meio de um único método, a todos os conhecimentos humanos, tarefa em que o filósofo se empenhou.

Para o positivismo, assim como na biologia não é possível estudar um fenômeno isolado, sem levar em conta o organismo vivo como um todo, na sociologia o indivíduo está submetido ao organismo vivo da sociedade, assim como as demais estruturas sociais. A naturalização da história impõe-se na visão positivista: há sim um processo de construção histórica no tempo, mas, levado a termo por uma elite social que age de acordo com a "ordem" natural. Por isso, só há progresso na ordem.

Nesse sentido, e como se tratava de um processo de consolidação da sociedade industrial como estágio necessário da evolução humana, o domínio político seria exercido pelos setores sociais mais adequados à manutenção da ordem e do progresso sociais. E cada um deveria cumprir adequadamente sua função social, ou seja, "há de preparar os proletários para respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais de concentração do poder da riqueza..." (COMTE apud LOWY, 1987, pp. 23-24). Assim como nas demais ciências naturais, Comte observa a sociedade como um prolongamento dessa evolução:

> *Sem admirar nem mal-dizer os fatos políticos, vendo-os essencialmente, como em qualquer outra ciência, como simples temas de observações, a física social considera, portanto, cada fenômeno sob o duplo ponto de vista elementar de sua harmonia como os fenômenos coexistentes e de seu desencadeamento com o estado anterior e posterior do desenvolvimento humano.* (COMTE apud LÖWY, 2009, p. 28).

Portanto, a história era tratada de forma progressiva e linear, do desenvolvimento mais simples para o mais complexo.

Assim como Comte, Émile Durkheim também expressava teoricamente o movimento positivista de acomodação e de conservação da sociedade industrial capitalista, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento técnico e científico alterava constantemente a produtividade do trabalho, gerando um sentimento de progresso e de mudanças contínuas. Conservação e mudança. Esse era o ambiente da passagem do século XIX para o XX. A livre concorrência produziu o seu contrário, o monopólio.

A fase monopolista e imperialista do capital é o ambiente geral que Durkheim procura compreender. Para isso, busca consolidar a sociologia como nova disciplina e seu método como instrumentos mais adequados de explicação

da sociedade em que vivia, e que também nos permite avaliar sua compreensão da relação entre História e Política. Inicialmente, assim apresenta sua perspectiva metodológica:

> *Nosso método nada tem, pois, de revolucionário. Num certo sentido é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza não é passível de modificação fácil, por mais dúctil e maleável que seja. Muito mais perigosa é a doutrina que não encara esses fatos senão como produto de combinações mentais, que um simples artifício dialético pode, instantaneamente, transformar por completo!* (DURKHEIM, 2002, p. XII-XIII).

A questão inicial, e controversa, da sociologia de Durkheim é o tratamento do fato social como coisa, como algo externo à consciência individual. Não se trata da soma das consciências dos indivíduos, mas de algo superior, que possui vida própria e exterior a eles.

Quando nasce, o homem encontra fora de si uma série de hábitos, costumes, regras, crenças, valores que assume como seus e que não foram produzidos individualmente, mas socialmente, propagados pelas várias gerações, e que agem de maneira coercitiva sobre os indivíduos, que pode ser percebida como tal ou não. Nesse caso, quando há identidade com essa coerção, o homem assume de maneira mais “natural” seus valores. Quando nega essas formas, sofre as sanções sociais e legais. Para modificá-las, necessita-se da produção – também coletiva e não individual – de um novo fato social.

Para Durkheim é preciso, na análise da coisa, afastar as pré-noções, preconceitos, valores. É preciso neutralidade e objetividade, como se a coisa fosse desconhecida, para expressar o que ela é e não o que julgamos ser.

A coesão, os tipos de consciência e de solidariedade e a divisão social do trabalho são definidos a partir de uma perspectiva unitária. O Estado seria o órgão de equilíbrio que regularia o funcionamento social atacando as “patologias” e as “formas anormais” (a luta de classes) existentes.

Para o sociólogo não existe a possibilidade de mudanças abrutas, o organismo vivo produz seus próprios remédios contra essas patologias, portanto, não se pode

> *[...] perseguir desesperadamente um fim que foge à medida que se avança, mas [...] trabalhar com regular perseverança para manter o estado normal, restabelecendo-o se está perturbado, reencontrando suas condições se vierem a mudar. O dever do homem de estado não é mais empurrar violentamente as sociedades para um ideal que lhe parece sedutor, mas seu papel é do médico: por meio de uma boa higiene, previne a eclosão das doenças, e, quando estas se declaram, procura saná-las.* (DURKHEIM, 2002, p. 65).

Toda reforma social foi efetivada pelo grau de coesão e solidariedade, pelos costumes e hábitos, pela regulação do Estado, de forma consensual e não pela "guerra de classes". É nesse contexto que o sociólogo deu importância fundamental para a educação, pois é ela que permitiu a difusão de valores morais que, externos aos indivíduos, agiram com força coercitiva moldando os valores individuais, os hábitos, os costumes. Para Durkheim, assim como para as vertentes historiográficas positivistas, não há possibilidades de transformações sociais naquele estágio de desenvolvimento da humanidade, apenas o seu aperfeiçoamento. Os que defendiam alterações abruptas estavam, como as patologias, afetando uma suposta harmonia social.

Foi na transição do período moderno para o contemporâneo que houve uma dessacralização da política e do espaço da História (sua localidade, sua referência, posteriormente denominada como nação).

> *A nação aparece como nesse momento como espaço amorfo, referendada pela política que lhe delimita as fronteiras, o caráter, as atribuições. O espaço da História se modifica, passando do extra-humano e se circunscrevendo ao raio de alcance do poder estatal. [...] Duas grandes vertentes político-filosóficas balizam ainda hoje a reflexão sobre o processo que faz com que os homens permaneçam juntos e sobre os fundamentos do poder: o liberalismo, consolidado a partir do século XVIII e o socialismo, do século XIX. Ambos cristalizarão formas duradouras de pensamento histórico e, de forma paradoxal, ambas preconizarão uma redução teórica da questão nacional ao mesmo tempo em que fomentarão práticas políticas calcadas na nação e no nacionalismo. Ambas estimularão escritos históricos tendo como eixo central o espaço nacional-estatal, considerado como o lugar "natural" da História, apesar de desnaturalizá-lo em sua reflexão mais abrangente.* (FONTES. In: MENDONÇA; MOTTA, 1998, p. 5-6).

Para as vertentes liberais, a nação surge como espaço da liberdade individual e dos vínculos culturais tradicionais, mas, com o avanço das relações mercantis esses laços são quebrados em favor de valores individualistas, restando apenas sua função econômica, expressa no poder do Estado. As tradições seriam lembradas como elementos fundantes da nação, funcionando como contraponto às demais tradições e Estados-nações. Nesse aspecto, também podemos notar as transformações da burguesia em relação ao tema da nacionalidade comparando as perspectivas universalizantes de Kant em sua defesa de uma sociedade das nações daquelas defendidas no século XIX, que desembocaram nas políticas imperialistas.

Essa dinâmica nacionalista foi forjada por meio de uma dupla operação, conforme analisada por Fontes:

> *[...] Em primeiro lugar, submissão da nação (o "resquício" tradicional) ao Estado concebido como racional, que a reconstituirá enquanto modelo étnico, cultural, linguístico, político e, sobretudo, histórico de pertencimento. Em segundo lugar, legitimação das diferenças entre as nações por qualidades intrínsecas que as diferenciam, comprovadas pela operação anterior> O espaço da ação histórica encontrava-se congelado no interior do Estado-Nação ou do conflito entre eles.* (FONTES In: MENDONÇA; MOTTA, 1998, p. 9).

As diferenciações entre as nações eram transpostas para os indivíduos no interior do Estado-Nação, que também concorriam por melhores condições de vida e trabalho, reforçado pelas ideias de meritocracia, da capacidade e do esforço individual. O Estado-Nação, por analogia, também seria um indivíduo livre em busca de melhores condições de mercado. Nesse sentido, no momento em que a burguesia foi revolucionária, ela foi portadora de valores universais, de toda a humanidade, enquanto no período de conservação da ordem capitalista, a burguesia transformou a particularidade nacional em valor supremo.

Com o avanço de perspectivas nacionalistas no século XIX, as vertentes historicistas ganharam importância. Eles se contrapunham a pretensa narrativa imparcial do positivismo afirmando a importância do ponto de vista do historiador, de sua compreensão sobre o passado, ao invés da explicação, que seria o método das ciências naturais e exatas. O historiador estaria afetado pelo seu próprio contexto histórico e, portanto, compreenderia um processo histórico de

forma distinta de outro historiador, sendo ambas as compreensões válidas. Para o historicismo, o passado é uma construção do presente. Cada povo, para o historicismo, possuiu sua particularidade, e é nela que conheceríamos sua própria história e não em leis gerais universalizantes. Foi nesse sentido que muitos governantes contrataram historiadores para a reconstrução história de suas nações, de suas particularidades, que deveriam ser valorizadas.

Os museus, por exemplo, ganharam uma conotação política importante no século XIX. O seu surgimento ocorreu no final do Renascimento, com a apropriação de objetos pelo expansionismo e pelo colonialismo, criando um novo mercado, gerando a necessidade de guardá-los, de expô-los ou vendê-los, permitindo o surgimento de museus, de galerias, de coleções particulares como espaços próprios, distintos e distanciados do público em geral, tendo acesso à essa arte apenas a camada aristocrática e burguesa, público de iniciados, produtores e consumidores de obras de arte. Com o desenvolvimento do capitalismo, além do distanciamento da arte e do público em geral, houve uma individualização da arte, uma pretensão de originalidade, a construção do mito do gênio criador, que conformavam as características de uma arte elitista, que se distanciava da arte para as massas, e da arte popular. Essa arte elitista desembocou também na arte como propagando política, ainda no Renascimento, que buscava a glorificação de personagens por meio de moedas, estátuas, pinturas, e que no século XIX teve na propagação de museus um importante espaço de difusão de uma perspectiva histórica baseada nos grandes feitos, nos grandes homens, nos acontecimentos políticos, na valorização dos processos históricos de cada nação num momento político de afirmação do nacionalismo.

Patrick J. Geary (2005) afirma que

> *A história moderna nasceu no século XIX, concebida e desenvolvida como um instrumento do nacionalismo europeu. [...] Em certo sentido, não apenas o nacionalismo étnico como o entendemos atualmente é uma invenção desse período recente, mas também [...] as próprias ferramentas de análise com a qual temos a pretensão de praticar história científica foram inventadas e aperfeiçoadas em um ambiente mais amplo de inquietações nacionalistas.* (GEARY, 2005, p. 27-28).

Para o autor, as nacionalidades foram “geradas pelos esforços criativos dos intelectuais e políticos do século XIX” (GEARY, 2005, p. 28), levando em consideração que em variados países havia uma grande diversidade linguística, subjugada em favor daquelas “línguas nacionais” que suas elites defenderam. Nesse sentido, os sistemas de ensino proporcionaram a unificação linguística dos povos, as “instituições educacionais se tornaram o lócus da criação do Estado-Nação, tanto com a imposição da ideologia nacionalista, como, de forma mais sutil, com a disseminação da língua nacional, na qual estava implícita essa ideologia.” (GEARY, p. 46). E dessa forma “A então língua se tornou o veículo do ensino da história nacional do “povo” que falava e expressava suas aspirações políticas através dela.“ Segundo Geary (2005), as nações, entendidas como unidades culturais, linguísticas, territoriais, constituem um mito, pois não há justificativa histórica, na Europa, desses processos, que são diversificados.

Isso não significa que o nacionalismo e o patriotismo tiveram pouca importância, pelo contrário, eles se constituíram em instrumentos poderosos de unificação de nações, de consolidação política dos Estados-Nações e permitiram que a burguesia transformasse seus interesses particulares em interesses de toda uma nação, não se tratava mais de defender seus interesses privados, mas a defesa dos interesses da nação. Dessa forma, as classes dominantes, por exemplo, mobilizaram a população trabalhadora e pobre a matar outra população trabalhadora e pobre para defender os “interesses da nação” nas guerras imperialistas a partir do século XIX. O nacionalismo foi uma ferramenta de dominação ideológica eficaz.

História e Política: a historiografia marxista e a perspectiva de totalidade

José Paulo Netto (2002) observa que Marx buscou aliar três dimensões fundamentais em sua teoria, sendo que elas estavam necessariamente interligadas: a dimensão filosófica, com o materialismo histórico e dialético, método que lhe permitiu o compreensão histórica do desenvolvimento capitalista; a dimensão econômica, com sua teoria do valor-trabalho; sua dimensão política, com a perspectiva da revolução, processo político e social de

transição para uma sociedade comunista. Vejamos a relação dessas dimensões e suas implicações para o pensamento político e econômico contemporâneo.

As dimensões filosóficas, políticas e econômicas em Marx: a perspectiva da totalidade

Não se transforma aquilo que não se conhece. Para a transformação da realidade, Marx e Engels, apontaram a importância da centralidade da luta política por meio de uma profunda análise da realidade, buscando compreender a gênese, o desenvolvimento e as contradições do capitalismo para que a articulação da luta econômica e política iniciasse a superação da sociedade capitalista. Nesse sentido, a história tem uma dimensão fundamental em suas análises. O desenvolvimento do materialismo histórico e dialético não foi uma construção a priori, foi a análise do próprio desenvolvimento histórico do capitalismo que lhes permitiram compreender o seu funcionamento, articulando um pressuposto materialista e uma lógica dialética.

Para os teóricos, o primeiro ato histórico é a produção da sobrevivência material por meio do trabalho, ato que modifica, ao mesmo tempo, a natureza e o próprio ser social, reflexão desenvolvida em A Ideologia Alemã (1984). Ao produzirem suas existências, os homens encontram determinadas relações sociais de produção já existentes (a relação entre os homens, a divisão de trabalho), herdadas das gerações passadas, e que são determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, pela capacidade do homem de se relacionar com a natureza para a produção de sua sobrevivência. Esse conjunto de fatores, segundo Marx, forma a base ou estrutura econômica ou material de uma sociedade, que condiciona, em última instância, a superestrutura política, jurídica e ideológica. Para eles, não é o ser social apenas com suas ideias que determina a realidade, mas, esta que condiciona o ser social. Nessa perspectiva, a classe economicamente dominante tende a ser política, jurídica e ideologicamente dominante, na medida em que, naturalizando os seus interesses no nível da narrativa, tenta universalizá-los como interesses de toda a sociedade e passar a perspectiva de que são as ideias que mudam a realidade. Daí a tentativa de convencer o conjunto da sociedade de que a parcela que conseguiu ser bem-sucedida economicamente reúne as melhores condições para uma eficiente gestão política do Estado.

Aliado a esse pressuposto materialista, o método contém uma lógica dialética, permitindo superar o materialismo mecanicista na medida em que a contradição também possui uma dimensão central. Aquilo que determina (a estrutura econômica) também é determinado pela superestrutura - política, jurídica e ideológica -, que atua para manter as relações sociais de produção capitalistas. A lógica dialética permitiu aos teóricos compreenderem a história como uma realidade contraditória, em constante modificação, que as contradições também formam uma unidade de contrários, que se desenvolve até romper sua forma antiga para uma nova. Assim analisaram o processo de transição feudal para o capitalismo e que as contradições desta sociedade burguesa poderiam se desenvolver até permitir o rompimento para uma nova ordem social.

Na Introdução à contribuição para a crítica da Economia Política (1996), Marx apresenta de forma mais evidente o seu método afirmando que, do ponto de vista da economia política, “Parece correto começar pelo real e pelo concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto” (MARX, 1996, p.50 – tradução minha). Mas, esse não é o caminho correto, do ponto de vista do autor, pois deixaríamos de lado os elementos que fundamentam essa população, como o trabalho assalariado, o capital etc. Se começássemos pela população, dessa forma, teríamos uma visão caótica do todo. Por meio de uma análise mais precisa chegaríamos a representações mais simples, na decomposição das partes do todo, podendo, assim, percorrer o caminho de volta e chegar à população como uma rica totalidade com suas múltiplas determinações e relações. Dessa forma, do concreto abstrato, passando pela análise das diversas determinações, chegaríamos ao concreto pensado, ou, dito de outra forma, do singular, passando pelo particular, chegaríamos ao universal com uma rica compreensão da realidade. Dessa forma, Marx, em O Capital, inicia sua análise da sociedade capitalista pelo seu elemento mais básico, a mercadoria, demonstrando que essa particularidade continha elementos de sua totalidade.

A partir da década de 1850, Marx, refugiado em Londres, na busca da compreensão dos fundamentos da sociedade civil burguesa, aprofunda seus estudos sobre a economia política inglesa, avançando as descobertas de Adam

Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), assim como realiza a sua crítica. Se a Inglaterra era o espaço mais avançado do desenvolvimento capitalista, acompanhado de perto por Marx e Engels, a França era o espaço privilegiado das lutas políticas e sociais, o que fez com que os teóricos acompanhassem de perto os processos ali iniciados, principalmente as revoluções de 1848\1849 e a Comuna de Paris, em 1871. Marx acompanhou a conjuntura francesa atentamente, produzindo reflexões políticas marcantes, com destaque para As lutas de classes na França (1848-1850), o 18 Brumário de Luis Bonaparte (1852) e Guerra Civil na França (1871).

Na primeira obra (1986a), analisando a situação de penúria da classe trabalhadora francesa e das lutas entre as diversas frações de classes, avaliou como a burguesia comercial e industrial, fração que estava alijada do poder, insufla o proletariado, em 1848/1849 para a derrubada do poder monárquico e, em seguida, promove uma brutal repressão sobre esse setor. Foi nessas condições que Marx e Engels já haviam produzido o Manifesto Comunista, e que Marx nesta obra sobre a conjuntura francesa, reforçou a necessidade de autonomia do proletariado em defesa de um projeto societário próprio, desvinculado dos interesses burgueses. Marx, analisando esse processo revolucionário, criticou o fato das organizações proletárias reivindicarem da burguesia reformas sociais de geração de empregos que ela não poderia entregar, pois seu programa consistia exatamente no aumento da exploração da força de trabalho. A França ainda estava rompendo com os resquícios do Antigo Regime, condição fundamental para o desenvolvimento capitalista e para que o proletariado adquirisse força própria, conforme descrito por Marx:

> *O desenvolvimento do proletariado industrial tem por condição geral o desenvolvimento da burguesia industrial, sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária. Somente o domínio da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e prepara o único terreno em que é possível uma revolução proletária.* (MARX, 1986, p. 60).

As revoluções de 1848/1849 demonstraram, segundo Marx, que os laços que uniam as variadas classes do Terceiro Estado (burguesia, proletariado,

servos, camponeses, artesãos) estavam rompidos, que os interesses burgueses, nessa nova fase, eram distintos dos interesses proletários, que deveriam buscar a emancipação social sob um novo terreno de emancipação política que a burguesia havia promovido.

> *A fraternité, a fraternidade das classes antagônicas, uma das quais explora a outra, essa fraternidade proclamada em fevereiro e escrita com grandes caracteres nas paredes das ruas de Paris, em cada cárcere e em cada quartel, tem como verdadeira, autêntica e prosaica expressão a guerra civil; a guerra civil sob sua forma mais espantosa, a guerra entre o trabalho e o capital. Essa fraternidade resplandecia diante de todas as janelas de Paris na noite de 25 de junho, quando a Paris da burguesia acendia suas luzes, enquanto a Paris do proletariado ardia, gemia e se esvaía em sangue. A fraternidade durou precisamente o tempo em que o interesse da burguesia esteve irmanado com o do proletariado.* (MARX, 1986, p. 73).

Após esses acontecimentos, Marx continua sua análise da conjuntura francesa a partir da eleição de Luís Bonaparte, em dezembro de 1848, que reprimiu tantos setores dominantes descontentes como o proletariado, suprimindo, em 1850, o sufrágio universal. Em 1852, por meio de um golpe, Luís Bonaparte intitula-se Imperador Napoleão III. É nesse contexto que Marx produz o 18 Brumário, analisando o processo do golpe e buscando compreender “como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói”. (MARX, 2002, p. 14).

Além disso, nessa obra demonstra a fragilidade de Luis Bonaparte de colocar-se na condição do tio, o Bonaparte original: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2002, p. 21).

Mesmo que a Revolução Francesa tivesse colocado em movimento relações sociais que estavam em pleno desenvolvimento, Marx, por meio de seu método, procurou demonstrar como um período de transição contém, ao mesmo tempo, elementos da velha e da nova ordem social, como os interesses das diversas frações de classes assumiam contornos variados, identificando Luís Bonaparte como expressão dos interesses de classe dos camponeses

conservadores, daqueles que pretendiam ampliar suas propriedades e seus ganhos, classe numericamente expressiva, classe que no isolamento de seus interesses não se permitia atuar como classe, transferindo assim para um ser superior a defesa de seus interesses. Foi nessa condição que ele foi eleito e que administrou os interesses das diversas classes sociais, com a importante ressalva de que, com o apoio dos setores da alta burguesia, ajustou a forma política de governo aos seus interesses econômicos.

Nesse mesmo período, na década de 1850, anos de profundas dificuldades econômicas para Marx, é que iniciou seus estudos sobre a economia política na direção de produzir sua obra prima, o Capital. É nesse sentido que podemos afirmar que o teórico alemão apresenta sua concepção de História de forma mais desenvolvida, na medida em que inverte as concepções positivistas que buscavam analisar o desenvolvimento capitalista a partir de um processo evolutivo das sociedades mais primitivas para as mais complexas. O que Marx propõe é compreender profundamente a sociedade capitalista para que as sociedades anteriores sejam adequadamente entendidas. A forma atual, afirmou Marx, contém o desenvolvimento de todas as formas anteriores.

> *A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mas diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e veem a forma burguesa em todas as formas de sociedade.* (MARX, 2008, p. 264).

Há um aspecto interessante e merece reflexão na inversão que Marx faz acerca de sua concepção de história que o historiador inglês Eric J. Hobasbawm chama a atenção: “[...] que o passado não pode ser entendido exclusiva e primordialmente em seus próprios termos: não só porque ele é parte de um

processo histórico, mas também porque somente esse processo histórico nos capacitou a analisar e compreender coisas relativas a esse processo e ao passado.” (HOBSBAWM, 1998, p. 173).

Para Marx, a sociedade capitalista, sendo a mais desenvolvida materialmente, contém, portanto, maior complexidade categorial. É a compreensão dessa complexidade que permite ver suas particularidades históricas. Dentre elas, que o seu desenvolvimento material possibilitaria, pela primeira vez na história da humanidade, que as satisfações materiais de toda a humanidade fossem satisfeitas, tamanha a quantidade da riqueza produzida. Acontece que essa riqueza, produzida socialmente, tinha como tendência sua apropriação cada vez mais privada e centralizada, produzindo uma das contradições do capitalismo. Essa contradição só poderia ser resolvida com a correspondência entre produção social e a apropriação social da riqueza, que o capitalismo não permitia, mas que uma sociedade de livres produtores associados, o comunismo, permitiria.

O próprio desenvolvimento material do capitalismo colocou como possibilidade objetiva a existência de uma sociedade em que a abundância da riqueza pudesse satisfazer as necessidades humanas, mas suas relações sociais de produção, baseadas na propriedade privada dos meios de produção, em que uma classe trabalhadora e produtora da riqueza social estava subjugada e explorada pelos detentores privados dos meios de produção, impedia essa distribuição social. Além disso, a burguesia, por meio dos aparatos repressivos e ideológicos do Estado, não permitiria níveis avançados de distribuição de riqueza, muito menos um processo de sua socialização, aumentando o grau de violência contra os seus defensores. Nesse sentido, o Estado, para Marx, expressava os interesses da classe dominante, impedindo o avanço de novas relações sociais de produção.

Portanto, a dimensão econômica necessitava de uma dimensão política, ou seja, não bastavam as condições materiais para a construção de uma transição socialista, mas havia a necessidade da ação política da classe trabalhadora no sentido de produzir essa transformação. As ações do campo econômico, como reinvindicações de salários e melhores condições de trabalho, como também as reivindicações políticas por direitos eram necessárias, mas insuficientes para alterar realmente as condições de vida da classe trabalhadora,

sendo necessário um processo revolucionário, que pode ser compreendido em duas dimensões, uma política e outra social. A primeira diz respeito ao processo de tomada do poder, a segunda por um longo processo histórico de transição (o socialismo) para a sociedade comunista.

Vale ressaltar que Marx pouco desenvolveu esse processo de transição, tendo nas gerações marxistas posteriores um desenvolvimento teórico mais detalhado, como foi o caso de Vladimir Ilyich Ulyanov (1870-1924) – Lênin -, por exemplo, assim como vivenciaram as primeiras tentativas de construção de uma nova ordem social, como foi a partir da Revolução Russa de 1917.

Considerações finais

Concluindo, podemos destacar, nessas breves considerações sobre as relações entre a política e a história, duas questões que estamos longe de pretender esgotar. Em primeiro lugar, no enfoque da relação entre infra e supra estrutura, há que se observar que, desde o século XIX a historiografia desenvolve-se em ligação com as transformações históricas do capitalismo. Há, na trajetória histórica do capitalismo, desde então, uma fase revolucionária, com rompimento com a estrutura social, política, econômica e cultural do antigo regime e, em paralelo, uma revolução das ideias com o iluminismo que culmina com o sistema filosófico de Hegel, que dá as bases de uma história construída ao mesmo tempo que pensada e uma fase conservadora, em que as conquistas da classe burguesa precisam se resguardar contra a classe proletária em ascensão. Essa fase conservadora é o terreno e o fertilizante para uma visão histórica de enfoque positivista, em que o poder político é visto como atributo de uma elite produtora da história. Durante o século XX, o capitalismo desenvolve-se influenciado pelo confronto com o socialismo, surgido em meados do século XIX, não só como um corpo de ideias, mas, sobretudo, como prática social e política que ganha cada vez maior importância até o final da década de 1980. O processo histórico nesse período, complexificado pelo avanço das revoluções socialistas, bem como o esvaziamento de seu modelo dominante e traumatizado por duas guerras mundiais catastróficas e uma crise econômica que abalou os fundamentos do capitalismo liberal, proporcionará, no âmbito das ideias, o desenvolvimento de concepções bem mais díspares em relação ao poder que

as presentes na origem da História como ciência no século XIX, que abordaremos em outro artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, J. D. História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. Escritas: **Revista do Curso de História de Araguaína**, [S.l.], v. 1, abr. 2015. ISSN 2238-7188. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>. Acesso em 10/11/2017.

BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura na modernidade. Trad. C. F. Moises e A. M. L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FONTES, V. M. **A questão nacional**: alguns desafios para a reflexão histórica. In: MENDONÇA, S; MOTTA, M. (Orgs). **Nação e Poder**: as dimensões da História. Niterói: EdUFF, 1998.

GEARY, P. J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Trad. Juarez Guimarães e Suzane Felice Léwy. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **As lutas de classe na França (1848-1850)**. São Paulo: Global, 1986a.

_____. **A Guerra civil na França**: mensagem do Conselho Geral da Associação Geral dos Trabalhadores. São Paulo: Global, 1986b.

_____. **Introdución general a la crítica de la economía política**. 24 ed.. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

NETTO, J.P. **Método em Marx**. Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. 2002. Anotações pessoais.